

## **OBJETOS E ABORDAGENS NA HISTÓRIA DA SAÚDE E DAS DOENÇAS**

A quina no Piauí (1763-1806)

## **OBJETOS Y ENFOQUES EN LA HISTORIA DE LA SALUD Y LA ENFERMEDAD**

Quina en Piauí (1763-1806)

*DINORAH FRANÇA LOPES<sup>1</sup>*

*FRANCISCO GLEISON DA COSTA MONTEIRO<sup>2</sup>*

### **RESUMO**

O artigo analisa a saúde, as doenças e as ciências como objetos de interesse da História e traz a circulação de saberes sobre o mundo natural como exemplo de abordagem investigativa. A priori, construiu-se um panorama modesto, que considerou a saúde, as doenças e as ciências na historiografia; a posteriori, as reflexões foram aplicadas em uma contribuição para a História da Saúde e das Doenças, com o estudo de uma planta de propriedades medicinais que movimentou relações no Império Português: a quina. A investigação parte da então capitania do Piauí, estreitamente ligada ao Maranhão e a muitas outras partes do globo; o recorte temporal foi de 1763 a 1806, explicado pelas datas das fontes trabalhadas; e as circunstâncias históricas do período remetem especialmente ao Reformismo Ilustrado. A demanda, na historiografia piauiense, por material ligado à História da Saúde das Doenças no Período Colonial e a validade de perceber a capitania do Piauí numa perspectiva atlântica e global justificam este esforço. A metodologia empregada foi a pesquisa bibliográfica acerca da História da Saúde e das Doenças e da História Colonial, aliada à pesquisa documental com fontes do Arquivo Histórico Ultramarino. Enfim, pudemos observar que em um contexto de disputas comerciais contra estrangeiros, as chamadas “drogas do sertão”, representadas aqui pela quina da capitania do Piauí, foram caras à Coroa de

---

<sup>1</sup> Mestranda em História do Brasil pelo Programa de Pós-graduação em História do Brasil (PPGHB) da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES). E-mail: [dinorahfranca04@gmail.com](mailto:dinorahfranca04@gmail.com);

<sup>2</sup> Docente da Universidade Federal do Piauí/CSHNB. Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. É membro do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, da Associação Nacional de História (ANPUH), da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos (SEO) e do Núcleo de Pesquisa e Documentação em História (NUPEDOCH). É co-líder do Núcleo de Estudo e Pesquisa em História do Piauí Oitocentista/CNPq, [gleison.monteiro@ufpi.edu.br](mailto:gleison.monteiro@ufpi.edu.br).

Portugal. Enfim, pessoas, plantas, animais e minerais foram explorados. Práticas de cura e outros saberes indígenas e africanos relacionados ao uso da natureza foram essenciais nesse processo.

**Palavras-chave:** História. Quina. Piauí. Saúde. Doença. Ciências.

## RESUMEN

El artículo analiza la salud, las enfermedades y las ciencias como objetos de interés de la Historia y presenta la circulación de conocimientos sobre el mundo natural como ejemplo de enfoque investigativo. A priori, se construyó un panorama modesto, que consideró la salud, las enfermedades y las ciencias en la historiografía; posteriormente, las reflexiones fueron aplicadas en una contribución a la Historia de la Salud y la Enfermedad, con el estudio de una planta con propiedades medicinales que influyeron en las relaciones en el Imperio portugués: la quina. La investigación parte de la entonces capitania de Piauí, estrechamente vinculada a Maranhão y muchas otras partes del globo; el período fue de 1763 a 1806, explicado por las fechas de las fuentes utilizadas; y las circunstancias históricas del período se refieren especialmente al Reformismo Ilustrado. La demanda, en la historiografía del Piauí, de materiales vinculados a la Historia de la Salud y la Enfermedad en la colonia y la validez de percibir la capitania de Piauí desde una perspectiva atlántica y global justifican ese esfuerzo. La metodología utilizada fue la investigación bibliográfica sobre la Historia de la Salud y la Enfermedad e Historia de la Colonia, combinada con la investigación documental con fuentes del Archivo Histórico de Ultramar. Finalmente, pudimos observar que en un contexto de disputas comerciales contra extranjeros, las llamadas “drogas do sertão”, representadas aquí por la quina de la capitania de Piauí, eran queridas por la Corona de Portugal. Finalmente, se exploraron personas, plantas, animales y minerales. Las prácticas curativas y otros conocimientos indígenas y africanos relacionados con el uso de la naturaleza fueron esenciales en este proceso.

**Palabras clave:** Historia. Quina. Piauí. Salud. Ciencias..

## INTRODUÇÃO

Tarefa muito complexa para nós historiadores é pensar nosso ofício. Seja pela inata dificuldade de nos apoiarmos seguramente em conceitos, seja pela historicidade do próprio fazer historiográfico, o máximo que conseguimos construir são esboços imprecisos, que mal são desenhados e já se tornam obsoletos. Por isso, deixo para outros a pretensão de esmiuçar qualquer discussão que trate sobre nossos objetos e campos de pesquisa. O que se

pretende, nestas poucas linhas, é traçar um panorama modesto, que considere a saúde, as doenças e as ciências como objetos de pesquisa na História, analisando a demarcação do campo na historiografia; e aplicar essa reflexão na construção de uma História da Saúde e das Doenças, a partir do estudo de uma planta com propriedades medicinais que movimentou relações humanas ao longo do tempo: a quina.

Nosso recorte temporal vai do final do século XVIII ao início do século XIX, momento de mudanças promovidas pelo Reformismo Ilustrado, expressas em ações como as reformas pombalinas. Nesse período, outrossim, acontecem transformações nas relações políticas entre as elites de Brasil e Portugal. O olhar para a capitania do Piauí se justifica pela demanda, na historiografia piauiense, por material ligado à História da Saúde das Doenças no Período Colonial e a validade de perceber a Capitania do Piauí numa perspectiva atlântica e global.

A posição da capitania em relação à Loja peruana - pois paralelos iguais ou próximos tendem a permitir o desenvolvimento de vegetação semelhante, fato que é caro para o extrativismo e a aclimação de espécies - ajudam a entender esse espaço como de interesse da Coroa. A metodologia empregada foi a pesquisa bibliográfica acerca da História da Saúde e das Doenças e da História Colonial, aliada a uma pesquisa documental com fontes do Arquivo Histórico Ultramarino (acessadas graças ao Projeto Resgate).

## **1. SAÚDE, DOENÇAS E CIÊNCIAS.**

Muitas perguntas nos vêm, quando tomamos a História da Saúde e das Doenças como foco. Que acontecia no espaço dos historiadores para o surgimento desse campo? De que maneira essa área se relaciona com outros campos? A partir de quais focos de análise a História da Saúde e das Doenças começou? Quais foram os principais nomes ligados à constituição desse saber? Antes dos anos 1960, era comum a tentativa de se produzir uma história global, que abrigasse uma miríade de objetos e fosse capaz de explicar a evolução das sociedades. Quando a história se aproxima dos pressupostos teóricos-metodológicos das ciências da natureza, ela sofre transformação. O

conhecimento religioso e o metafísico, a partir do século XIX, são ameaçados pelo conhecimento científico.

A partir de 1960, com a terceira geração dos *Annales*, emerge uma perspectiva cultural da história, com a influência marcante de Pierre Nora, Georges Duby e outros. Sob a influência das mudanças que aconteciam no mundo, cultura, medo, sentimentos passam a funcionar como objeto dos historiadores. O maio de 1968, colapsos, crises, questões voltadas para o encontro do “eu” com o “outro” e consigo mesmo ganham espaço na escrita histórica. Nesse ínterim, via-se o movimento hippie, o Greenpeace, o feminismo, o movimento negro, o modernismo. Destaca-se o interesse de compreender o homem e sua relação com a saúde e a doença a partir de uma ótica cultural. Médicos, rezadeiras, raizeiros, parteiras, são vistos como sujeitos peculiares.

Nos últimos cinquenta anos, houve um aumento considerável das produções historiográficas, das formas de abordagem, e a facilidade na difusão das pesquisas. É nítida a mudança que acontece na história e é interessante pensarmos como o historiador contemporâneo tem se comportado frente a isso. Jacques Revel e Jean-Pierre Peter (1995) apontam o aparecimento de novas sensibilidades para caracterizar a terceira fase dos *Annales*, ao tempo em que atestam a aproximação da história com outros campos do saber. A partir disso, as mentalidades, os modos de vida, temas antropológicos, filosóficos e outros se constituem de vez como matéria do historiador. Em “O corpo: o homem doente e sua história”, por exemplo, os autores trazem a doença em si como objeto da história, em vez de usá-la como um meio para acessar um outro ponto de interesse. Para eles, a experiência da doença “constitui uma história que, no entanto, vem do exterior mudo da história; ela é por excelência social, porém seu lugar na sociedade não é assinalável; ela é evidente, mas impalpável; coletiva, mas assinalável sobre um único indivíduo” (REVEL; PETER, 1995, p. 142).

Segundo Le Breton (2011), o que se constrói como conhecimento relacionado ao corpo parte de uma percepção cultural. Mesmo que apreendido na forma de conhecimento comum, se dá através de uma reunião simbólica que lhe confere sentido. Assim, as representações são produzidas em conformidade com determinados sistemas de valor. Elas resultam de um estado social, de uma

visão. Portanto, não são uma realidade em si. Boutier e Julia (1998) veem como o momento mais propício ao investigador que tenta estabelecer seu objeto e seus recortes espacial e temporal, aquele em que se percebe rodeado pelas circunstâncias. Enquanto construção social, a escrita da história sofre a influência da subjetividade de seu feitor. Essas marcas se evidenciam também na leitura das fontes e na escolha dos caminhos metodológicos.

Foucault aparece como uma referência obrigatória nos anos 70 e Roberto Machado como um dos principais disseminadores de suas ideias no Brasil. Só nos anos 1980 é que aparecerão com alguma frequência obras que se distanciam de Foucault e suas raízes. Caso recuemos menos, veremos trabalhos vinculados à História Social, como o de Sidney Chalhoub. Gilberto Hochman, Luiz Antonio Teixeira e Tânia Salgado Pimenta (2018), ressaltam que, a partir do final dos anos 1980, houve crescimento e diversificação dos temas e metodologias ligados à saúde na historiografia brasileira. Eles também nos atentam para o reconhecimento desse campo por outras áreas do saber, integrando-o em análises históricas multidisciplinares, ao lado de sociólogos, antropólogos, filósofos, educadores, médicos e sanitaristas, indicando, assim, a profissionalização e a institucionalização do campo. No artigo "História da saúde no Brasil: uma breve história", vemos que a perspectiva histórica, hoje, não pode ser dispensada pela Medicina Social e a Saúde Coletiva no Brasil. Ela está presente nos currículos de escolas de medicina e demais cursos ligados à saúde pública. Mas não podemos vê-la como um simples registro de eventos passados. Mais do que isso, é um instrumento chave para compreender criticamente políticas públicas de saúde. Seguindo a prática de outros pesquisadores, esses autores abordam o impacto foucaultiano e marxista nas produções historiográficas nacionais no âmbito da saúde. A influência de Michel Foucault é geralmente percebida nas discussões a respeito das instituições médicas e psiquiátricas, ao passo que Karl Marx aparece presente em análises sobre o papel do médico no processo de transição para uma sociedade capitalista.

Já com sua importância reconhecida e seus caminhos consideravelmente desenhados, a história da Saúde e das Doenças ainda conta com controvérsias e de desafios. É indiscutível a relevância histórica do campo para a melhoria das

práticas na saúde pública. Como quer Carlos Henrique Assunção Paiva (2020), as investigações históricas em torno da ciência podem ajudar e avaliar ações e perceber padrões, além de possibilitar *insights* em torno das situações sociais, políticas e dos elementos que as condicionam. Por outro lado, autores como Richard Horton (2014), tecem críticas aos historiadores da medicina. Fato é que há muitos desafios relacionados à saúde pública no Brasil e, dada a complexidade de nosso sistema, há que se pensar as práticas profissionais, bem como a conjuntura política e a dinâmica cultural.

Nesse sentido, o que o campo é capaz de oferecer são perspectivas, circunstanciadas pela sociedade e pelo momento. Apela-se para concepções chave, que possam repercutir na construção de uma análise crítica do que é feito. Abordam-se as ações de saúde, situando-as no tempo e no espaço. Às vezes, assume-se um papel importante na elaboração ou reafirmação da identidade de uma instituição. E, além de instrumento para entendermos políticas públicas, a História da Saúde e das Doenças pode servir para a compreensão de práticas e condutas, porque a experiência social da saúde no tempo pode ser explorada. Mas o fazer dessa análise requer do historiador propriedade sobre discussões, conceitos e metodologias específicas do campo.

Finalmente, é inegável a relevância de instituições como a Fiocruz na produção e difusão de trabalhos relacionados à saúde e à doença. Principalmente por meio de narrativas baseadas nos documentos da própria instituição. Para além de sua participação nos currículos, temos a criação de instituições, grupos de estudo e de pesquisa, periódicos científicos, programas de pós-graduação, a realização de seminários e congressos e outros encontros para reafirmar a evolução do campo. E, apesar da grande relevância de instituições como a Casa de Oswaldo Cruz e seus produtos, como a revista “História, Ciências, Saúde - Manguinhos”, constata-se que a presença geográfica e temática desses estudos não está restrita ao eixo Rio de Janeiro/São Paulo, estabelecendo-se em mais centros nacionais e internacionais.

No Piauí, o interesse na História da Saúde e das Doenças é mais recente. No entanto, ela ganhou recentemente novos trabalhos com a autoria de

piauienses, como os de Mairton Celestino da Silva (2016), Talyta Marjorie Lira Sousa (2020), Ana Karoline de Freitas Nery (2021), Janayne de Moura Ferreira (2021), Joseanne Zingleara Soares Marinho (2021), Marcos Pierre Baptista (2021), Gutiele Gonçalves dos Santos (2022), e outros. Mesmo que algumas dessas pesquisas tenham sido concluídas em instituições externas, todos pensaram a saúde, a doença e/ou as ciências no espaço piauiense. Ademais, existe no estado o grupo “Sana”, como um importante aglomerado de historiadores interessados no campo, que reúne membros de diferentes cidades e instituições e garante o compartilhamento e a publicação de trabalhos relacionados ao tema.

O Programa de Pós-graduação em História do Brasil e o Departamento de História da Universidade Federal do Piauí, através de sua revista “Contraponto”, tornaram um público um dossiê que reúne produções como uma entrevista, trinta e três artigos e duas resenhas de livro voltados para diversas questões que envolvem saúde e doença. O projeto tem como título “História da Saúde das doenças: objetos, fontes e metodologias”. Os textos revelam uma ascensão piauiense, que coloca o estado em uma posição interessante nos debates sobre a diversidade e fertilidade do campo. São várias as abordagens e perspectivas para consolidação e inovação da área. Foi o caso das considerações sobre a COVID-19, importante ponto nos últimos anos.

Nossa contribuição, para além disso, é a investigação sobre a quina (também chamada de quina-quina, Cinchona, pau pra tudo, e muitas outras denominações), um tipo vegetal caracterizado como árvore ou arbusto, cujas propriedades medicinais despertaram o interesse do homem em diferentes momentos da história. Entre suas principais benesses, estão a capacidade febrífuga, anti-inflamatória, antimalárica e outras. Por outro lado, o consumo de seu princípio ativo (o quinino) pode induzir ao aborto em alguns casos. Acredita-se que seja originária da região da Loja peruana. Essa planta está envolta de lendas, sobretudo a respeito de seu nome. O termo “Cinchona” guardaria relação com a condessa de Chinchón, que supostamente foi curada com a erva de uma febre persistente. Sua história, ademais, tem uma estreita ligação com uma doença que grassou pela Europa na era moderna, por tratá-la. Associada aos

maus ares (*mal aria*), as febres intermitentes, também foram chamadas no decorrer dos anos de “sezões”, “febres terçãs”, “febres quartãs”, entre outros termos. Hoje, é conhecida por “malária” (SCHULZ, 2023).

A movimentação do envio de espécimes para análise se tornou uma constante em várias partes do território, um deles foi a capitania do Piauí. Em 12 de dezembro de 1797, o então governador e capitão-general do Maranhão, D. Fernando António de Noronha, remete ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, e se dispõe a cumprir ordens reais sobre a descobertas de quina, salitre e tabaco em sua região. Após enviar terra salitrosa e algumas amostras das plantas à Secretaria de Estado, a autoridade ficou no aguardo pela autorização do rei para recolhê-las. No mesmo documento, informa a chegada do novo Governador do Piauí e afirma que o designou para tal diligência, dada sua capacidade de, ao lado de outros, “satisfazer este fim”.

Em documentos do final do século XVIII, em requerimento, o negociante lisboeta José António Pereira Vilela solicita em 1792 a entrega de quantidade de quina acordada com o então governador do Piauí. Em outro momento, já em 1795, uma remessa de quina branca, preta e quina-quina (classificação que ainda não havia sido encontrada na literatura estudada) é cobrada ao governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Fernando António de Noronha, por Manuel Pinheiro Osório, que teria sido um sargento-mor responsável pelas terras próximas às fazendas Kagados [sic], Calubra, Castelo e Alegrete, também pertencentes à capitania do Piauí. Além disso, pode-se notar pedidos de regulamentação da exploração das matas à procura da árvore, assim como novas demandas por descrições e envio de amostras para análise e junção ao jardim botânico.

Com a difusão do Reformismo Ilustrado pela Europa, o pensamento político, econômico e científico sofreu mudanças. Indo de encontro a percepções simplistas sobre esse processo que aconteceu de forma heterogênea em todo o território europeu, Janaíne Ferreira (2021) nos fez perceber que o Império português estava inserido em tal realidade. Portugal participou em conformidade com suas circunstâncias históricas da reforma de centros educacionais e científicos, os quais ditaram as regras das expedições filosóficas das Américas

e dos demais territórios do Império. Uma movimentação que representou um marco nos esforços da coroa em levantar, conhecer e explorar suas potencialidades minerais, vegetais e animais. Algumas expedições foram empreendidas nesse tempo. Entre elas, a do bacharel Vicente Jorge Dias Cabral, ao lado do padre Joaquim José Pereira, na capitania do Piauí e Maranhão pelos anos de 1799 a 1803. A viagem de Cabral e Pereira resultou em um “Ensaio Economico da Quina Quina do Piaui”.

A autora também nos atenta para uma grande circulação de pessoas, produtos e humano-produtos que com eles fizeram transitar saberes e valores acerca da natureza. As viagens filosóficas seriam uma consequência do iluminismo presente em Portugal e o Marquês de Pombal teria impulsionado as reformas educacionais que se empreenderam à época. As mudanças na base curricular das universidades, como foi o caso de Coimbra, deram azo a novas possibilidades. Indivíduos se destacaram, a exemplo do médico e naturalista italiano Domenico Vandelli. Vandelli realizou um plano para elaboração de expedições filosóficas, sendo este uma de suas principais contribuições para o método de ensino reformado da Universidade de Coimbra. O território do Piauí não foi um dos principais destinos dos viajantes, aparecendo mais como um local de passagem. Ainda assim, não escapou às observações dos filósofos. Estes, deixaram descrições sobre sua fauna, flora e caracteres físicos.

As incursões eram o clímax das reformas na economia encabeçadas pelo Marquês de Pombal. Buscava-se o estabelecimento de contatos de dependência entre a metrópole e as colônias; procurava-se encontrar minas, desenvolver técnicas agrícolas de forma a diversificar a agricultura e descobrir matérias-primas rentáveis, úteis ao mercado de Portugal. Também, o domínio sobre o território das Américas, frequentemente atacados por espanhóis. As incursões visavam, além disso, integrar as regiões ocupadas do território. Muitas vezes havia dissonância entre as determinações da ciência e as da coroa portuguesa. Os ditos “homens de ciências” não visavam apenas colaborar com o saber científico e cultural lusitano, mas atender a seus interesses, dado que costumavam receber cargos e mercês. Com base nisso, podemos pensar no

quanto a política pode ter influenciado a pureza e a forma de manipulação dos dados coletados.

É importante ressaltar que os homens de ciência não cumpriam suas funções com a única e pura finalidade de contribuir para a ciência e cultura do Estado. Eles o faziam, principalmente, em busca de cargos e mercês, obedecendo regras e seguindo os principais interesses do grupo que detinha monopólios de poder e tributação. Com o passar do tempo, os naturalistas passavam a ocupar funções burocráticas, sempre obedecendo as metas colonialistas. Dessa forma, é possível perceber e conhecer o jogo de interesses na produção de conhecimento, no qual este assumia o papel de “bem de troca” (FERREIRA, 2021, p. 6).

Somente em 1938, os primeiros expedicionários vindos de Portugal chegaram à região amazônica, liderados por Alexandre Rodrigues Ferreira. A Posteriori, João Machado Gaio visita a capitania de Pernambuco, percorre a Serra da Ibiapaba e concretiza a primeira viagem iluminista pela caatinga. Francisco Antônio de Sampaio, cirurgião, também fez anotações importantes para o conhecimento deste bioma, ao caracterizar animais como tatu, porco-espinho, mocó, cutia e preá. Um feito que é retomado com a ocupação do cargo de ministro da Marinha e ultramar por Dom Rodrigo de Souza Coutinho. Entornado por um contexto bélico, Coutinho incentivou a busca por salitre pelo Sertão da capitania de Pernambuco e Ceará, por volta de 1797 (FERREIRA, 2021).

Antonio José Alves de Oliveira (2018) também investiga tempos, narrativas e espacializações nos Sertões ao longo do período colonial. Emprega aportes teóricos da história ambiental e mapas para entender projetos do Império português. Sua percepção em torno dos objetivos dessas representações coloca a integração dos espaços do ultramar, o aproveitamento das potencialidades vegetais, animais e minerais, e a circulação de informações como pontos de interesse. Pode-se dizer que a incorporação dos espaços e das gentes dos dilatados Sertões era um dos principais focos da Coroa. Ele aponta um objetivo importante: o de “domesticar os sertões e civilizar os seus habitantes” (p. 31). Esse esforço foi impulsionado pelo Reformismo Ilustrado e pela crise do Antigo Sistema Colonial. Os dilatados sertões sofriam pelo clima, pelo isolamento e pela

violência. No final do século XVIII, um grande número de caixotes com espécies vegetais e minerais foi enviado da colônia. Era visível a preocupação da Coroa em mapear os domínios dos "dilatados Sertões". "Notícias gerais" e "relações descritivas" eram frequentes.

No final dos setecentos, tivemos no Brasil a presença de diferentes etnias, cujos principais representantes foram indígenas, africanos e europeus. Essa realidade promoveu o encontro de saberes diversos e a circulação de conhecimentos e espécies em níveis globais. Registrou-se a participação de médicos, curandeiros, sangradores, boticários e sujeitos locais na construção do conhecimento, o que despertaria o interesse de investigação por parte dos historiadores. Nem sempre os contatos eram amistosos, sendo comuns as disputas pelo exercício da arte de curar. Havia a pretensão por parte dos licenciados de proibir práticas alternativas na colônia. Como quer Roberto Machado (1978), o número de médicos licenciados no Brasil era reduzido. Entre os fatores que influenciaram sua menor participação no dia-a-dia da colônia, estavam a sua desvalorização por parte da Coroa, marcada por uma baixa remuneração; a falta de academias onde esses indivíduos pudessem manter contato com os materiais científicos produzidos na Europa; a escassez de medicamentos familiares, visto que aqueles trazidos pelo Atlântico chegavam ao Brasil em pouca quantidade ou em condições de degradação. Somado a isso, os sujeitos não possuíam afinidade com os remédios da natureza local. Mas o recurso a saberes alternativos à prática médica não se dava apenas por sua indisponibilidade, a crença geral nos saberes populares chamava atenção das autoridades.

Conforme Vera Regina Marques (1998), em todos os tempos o ser humano empregou espécies animais, minerais e vegetais em suas práticas de cura. Desde o homem de Neandertal aos letrados, se tem registros de tais usos e aproveitamentos. Papiros do Egito antigo já apontam o emprego e os préstimos de plantas medicinais na Índia, na China, e em outros lugares. O Império Asteca contava com jardins de plantas medicinais. Tivemos personagens como Hipócrates, Galeno, Teofrasto e Aristóteles, com obras que tratavam da história das plantas e sua origem. Plínio e Dioscórides estudaram plantas com fins

terapêuticos. Na Idade Média, as proibições das experimentações e de práticas consideradas mágicas (estas eram vedadas), mas com o dito “renascimento”, a volta a interesses como os de Galeno, pautados na experimentação. No Brasil, os primeiros relatos sobre a natureza desembocam em revelações, registros e narrativas idílicas. Segundo Padre João Daniel, no decorrer do século XVIII diz:

[...] abunda tanto em gêneros e especiarias não só estimáveis, mas em todo o mundo preciosos, que bastariam ao canonizar pelo mais rico rio, dos que aponta por grandes a geografia, e ricos as histórias; já houve quem, além dos menos principais, lhe contou trinta e tantos gêneros preciosos, e comerciáveis a todo o mundo, como são âmbar, açúcar, anil, bálsamos, cacau, café e muitos outros; e como estas são as principais riquezas do seu grande tesouro, não só por estáveis, mas comuns a todos os seus habitantes, delas daremos agora alguma notícia neste Tratado para que os leitores vejam que são realidades da verdade, e não hipérboles de historiador (2004. p. 523)

Desde a fala do clérigo, se percebe que não somente as plantas estavam à disposição do homem para a exploração, mas também minerais. A partir de outras óticas, conseguimos identificar o usufruto de saberes descredenciados dos habitantes da terra, mais vistos como selvagem sem fé, lei, religião, sem civilização alguma do que como detentores de conhecimento. Até determinado momento, as apreensões sobre o mundo natural não conseguiram atingir o caráter técnico que se veria posteriormente. Com o aquecimento das discussões nos ambientes acadêmicos temos uma tentativa de sistematização, que repercutiu na classificação das espécies. Também é fruto disso a produção de farmacopeias que se tornaram referências nos domínios lusos (MARQUES, 1998).

Há que se pensar também, em consonância com Ana Carolina de Carvalho Viotti (2014), no papel dos jesuítas enquanto doutores das almas e dos corpos. Os responsáveis pela catequização dos habitantes das terras do Brasil tiveram um papel fundamental no conhecimento dos préstimos das espécies naturais e nas práticas de cura do reino. Criticados tanto por autoridades eclesiásticas por usarem métodos de cura desaprovados pela igreja, quanto por

praticantes de cura licenciados, por considerarem conhecimentos populares, os Jesuítas tiveram que lidar com uma série de embates políticos e religiosos.

Ele direciona seus esforços para denunciar o recurso, segundo ele muito usual, a curandeiros, sangradores e toda sorte de não licenciados que exerciam a medicina em Pernambuco; alerta-nos que a população se entregava ‘de todo coração mais aos experimentados empíricos do que aos cientes experimentados, entendendo falsamente consistir a experiência para curar só no conhecimento de algumas ervas, ou nos sucessos de algumas curas’, e que ‘até mesmo os párocos, que por preceito de Deus e da Igreja deveriam atalhar estes abusos [as mentiras e falsos prognósticos dos práticos], caem neles’ (MORÃO, 1965, p. 7, apud MARQUES, 2014, p. 5).

Um dos críticos foi Simão Pinheiro Morão, ao denunciar em suas “Queixas repetidas em ecos dos arrecifes de Pernambuco contra os abusos médicos que nas suas capitanias se observam tanto em dano das vidas de seus habitantes” o que o próprio título da obra sugere. Neste trabalho, Viotti (2014) também tem a sensibilidade de perceber a existência de uma medicina brasileira, resultante do encontro das percepções indígenas, africanas e europeias sobre o mundo natural e as práticas de cura no final do período colonial.

Em “‘Sertões indômitos’: comércio, doenças e práticas de cura na Capitania do Piauí - Século XVIII”, Gutiele Gonçalves dos Santos (2022) constroi um panorama com as doenças e as remediações presentes no Piauí colonial do final do século XVIII para o começo do século XIX. A partir de documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, Gonçalves pensa o papel do comércio na disseminação das doenças e na circulação dos saberes. Segundo a autora, o tráfico de produtos e pessoas favoreceu a troca de patógenos entre regiões muito distantes, algumas mesmas separadas pelo Atlântico. Assim, os portos em questão como espaço passível de análise. Outras vezes, a própria viagem se constituiu no agente perturbador da saúde, como foi o caso do banzo nos navios negreiros. Mais um exemplo, foi o escorbuto, doença causada pela deficiência de vitamina C no organismo.

As principais doenças que grassavam pelo Piauí do século XVIII apareciam com as seguintes denominações: escorbuto, quebrado das virilhas, convulsivo dos nervos, aleijado das pernas, cegueira, sarna, diarreia, febre

maligna, febre podre, febre Intermitente, bota sangue pela boca, asma, hipocondria, sezões, mordedura de cobra, gallico, feridas incuráveis, lepra, gonorreia, dores de Preolis, pancadas, pustema, inchaço de obstrução, bexigas, etc. A maioria dessas condições era atribuída aos maus ares, geralmente ligados a locais úmidos, fétidos e a substâncias em estado de decomposição (SANTOS, 2022, pp. 61-62). Grande parte dos acessos febris eram tratados com a casca da Cinchona.

Santos (2022) reitera a falta de acesso da população a cirurgiões e boticas. Essas pessoas se valiam dos saberes e crenças dos “outros”. Ela também explora pontos de contato culturais entre indígenas e africanos, perspectiva só raramente colocada em pauta nos trabalhos sobre o Período Colonial. Um costume muito comum entre africanos, por exemplo, era o uso das “bolsinhas de mandinga” penduradas ao pescoço. Estes itens eram pequenos depósitos em formato de bolsas preenchidos com cascas, raízes, fios de cabelos, resquícios de animais, que serviam como amuletos, logo, como medida profilática.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Enfim, embora em todos os âmbitos sejam claros os avanços da História da Saúde das Doenças, ainda temos muitas demandas para o campo. Além da quina-quina, a salsaparrilha, a ipecacuanha, os cânhamos, o salitre, a cochonilha e outros tipos mereceram atenção - por suas propriedades, por seu potencial econômico ou por outros motivos - e ainda permitem inquirições. Outrossim, as paisagens e as trocas de informação cabem como objeto. Todos esses permitem processos de pesquisa promissores, visto que há um grande número de documentos no Arquivo Histórico Ultramarino e na Torre do Tombo a serem problematizados.

## **REFERÊNCIAS**

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa; BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho. “De todos os pontos partirão

reclamações”: cólera e medo no Piauí (1862-1866). **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 13, n. 30, p. 128-146, set./dez. 2021.

BOUTIER, Jean; JÚLIA, Dominique. Em que pensam os historiadores? In: BOUTIER, Jean; JÚLIA, Dominique. **Passados Reconstituídos**: campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998. p. 21-61.

DANIEL, Pe. João SJ. **Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas**. v. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. p. 523.

FERREIRA, Janayne de Moura. **Para defender, curar e tingir**: natureza útil e conhecimento na expedição Cabral-Pereira ao estado do Maranhão e Piauí (1799-1803). 2021. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Manguinhos-RJ, 2021. p. 61-97.

HORTON, Richard. Offline: The moribund body of medical history. **The Lancet**, Londres, v. 384, n. 9940, p. 292, jul. 2014.

LE BRETON, David. O inapreensível do corpo. In: LE BRETON, David. **Antropologia do Corpo e Modernidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011. p. 17-41.

MACHADO, Roberto. **Danação da norma**: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978. p. 560.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. “**Manter Sã a Criança Sã**”: As Políticas Públicas de Saúde Materno-Infantil no Piauí de 1930 a 1945. 1. ed. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2021. p. 368.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. **Do espetáculo da natureza à natureza do espetáculo**: boticários no Brasil setecentista. 1998. 252 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

MORÃO, Simão Pinheiro. **Queixas repetidas em ecos dos arrecifes de Pernambuco contra os abusos médicos que nas suas capitânicas se observam tanto em dano das vidas de seus habitantes**. Leitura, explicação e nótulas do Dr. Jaime Walter. Lisboa: Junta de investigações do Ultramar, 1965.

NERY, Ana Karoline de Freitas. **Políticas públicas de saúde, doenças e medicamentos em Teresina durante as décadas de 1930 e 1940**. 2021. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2021.

OLIVEIRA, Antonio José Alves de. “**Para vir a ser a mais florente de toda a América portuguesa**”: leituras do mundo natural, geografias coloniais e projeções nos sertões - Capitania do Ceará Grande (1760-1799). 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de

Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2018.

PAIVA, Carlos Henrique Assunção et al. História da saúde: visível, audível e consequente. **História, Ciências, Saúde** - Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 7–11, jan. 2020.

REVEL, Jacques; PETER, Jean-Pierre. O corpo: o homem doente e sua história. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Dir.). **História: novos objetos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 141-159.

SANTOS, Gutiele Gonçalves dos. "**Sertões indômitos**": comércio, doenças e práticas de cura na Capitania do Piauí - Século XVIII. 2022. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2022.

SCHULZ, Peter. Alguns relatos sobre a árvore da febre. *Jornal da UNICAMP*, Limeira: Editora da Unicamp, 2023. Disponível em: <https://unicamp.br/unicamp/ju/artigos>. Acesso em: 12 ago. 2024.

SILVA, Mairton Celestino da. **Um caminho para o Estado do Brasil**: colonos, missionários, escravos e índios no tempo das conquistas do Estado do Maranhão e Piauí, 1600-1800. 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2016.

SOUSA, Talyta Marjorie Lira. Doenças e causa mortis dos escravizados e libertos de Teresina-PI entre 1869 e 1877. **Revista Hydra**, v. 4, n. 8, p. 114-148, set. 2020.

TEIXEIRA, Luiz Antonio; PIMENTA, Tânia Salgado; HOCHMAN, Gilberto. História da saúde no Brasil: uma breve história. In: TEIXEIRA, Luiz Antonio; PIMENTA, Tânia Salgado; HOCHMAN, Gilberto (org.). **História da Saúde no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2018. p. 9-26.

VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho. Entre homens de saber, de letras e de ciência: médicos e outros agentes da cura no Brasil colonial. *Clio - Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, v. 32, n.1, p. 5-27, 2014.

**Recebido em 20 SET. 2024.**

**Aprovado para publicação em 16 DEZ. 2024.**